

Ao

Instituto CEM

**Avenida Deputado Jamel Cecílio, n.º 2.496, Quadra B22, Lote 4E, Sala 26-A,
Edifício/Condomínio: Condomínio New Business Style, Setor Jardim Goiás.**

CEP. 74.810-100 – Goiânia – GO

At.: Diretoria

Prezados Senhores,

Vimos pelo presente encaminhar o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas de Uso Geral, conforme entendimentos contidos na Resolução CFC NBCTA700 de 17/06/2016 que aprova a emissão do Relatório do Auditor Independente sobre Demonstrações Financeiras Consolidadas, com atendimento dos aspectos contidos nas legislações inerentes às operações de entidades reguladas pelo Terceiro Setor, correspondente ao exercício encerrado em 31/12/2022.

Sendo só o que se apresentava para o momento, subscrevemo-nos,

Atenciosamente,

**DCA AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-GO Nº. 000757/O-6 / CVM Nº6971**

┌

└

┌

└

**ARNALDO MARINHO DE OLIVEIRA
Sócio, CRC/GO: 004861/O-5**

SUMÁRIO

- 01. RELATÓRIOS DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS**

- 02. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:**
 - 02.1.1. Balanço Patrimonial.**
 - 02.1.2. Demonstração do Resultado do Exercício.**
 - 02.1.3. Demonstração de Fluxo de Caixa.**
 - 02.1.4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.**
 - 02.1.5. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.**

I – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Aos

Administradores e Diretores do

INSTITUTO CEM

Goiânia – GO

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis consolidadas do **INSTITUTO CEM** compreendendo a SEDE, e as unidades: **Policlínica de Posse** (Contrato de Gestão NR 51/2020), **Policlínica de Goianésia** (Contrato de Gestão NR 65/2020), **Policlínica de Quirinópolis** (Contrato de Gestão NR 01/2021), **HEJA** (Contrato de Gestão NR 06/2021), **Policlínica de Formosa** (Contrato de Gestão NR 03/2022), **HUGO** (Contrato de Gestão NR 39/2022), levantado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas Demonstrações de Superávit e/ou Déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, bem como foi verificado a evolução do passivo trabalhista e/ou previdenciária nas Unidades: **Policlínica de Posse** 3,82%; **Policlínica de Goianésia** 6,22%; **Policlínica de Quirinópolis** 6,28%; **HEJA** 0,09%; **Policlínica de Formosa** 3,03% ; **HUGO** 14,14%; gerando um acumulado no **INSTITUTO CEM - CONSOLIDADO** de **12,16%** e seu impacto nas contas da entidade para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, para o exercício findo acima mencionado.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **INSTITUTO CEM**, em 31 dezembro de 2022 e foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades do Terceiro Setor.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das movimentações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria - PAA

Principais Assuntos de Auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das Demonstrações Contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas Demonstrações Contábeis, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações Contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

As demonstrações contábeis do Instituto CEM correspondentes ao exercício findo em 31/12/2021, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por nós e emitido Relatório dos Auditores com ressalva e ênfase, datado de 21/09/2022.

Na análise da auditoria para verificação do atendimento do exigido na Resolução Normativa 13/2017-TCE-GO, notadamente quanto ao disposto na alínea “s”, item 14 do seu Anexo I e no item 2 do seu Anexo III, a auditoria, para manifestar sobre a relação da evolução do passivo trabalhista e/ou previdenciário e o seu impacto nas contas da auditada, constatou que a representatividade apurada foi de 12,16% em relação ao total das contas em 31/12/2022, sendo que em 31/12/2021 foi de 10,23%, ambos considerados aceitáveis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com a Lei 6.404/1976, atualizada pelas Leis 11.638 e 11.941, bem como pelas normas aplicáveis às entidades do terceiro setor, especialmente aquelas inerentes aos atos do Ministério Público do Estado de Goiás sobre Fundações, mencionadas no parágrafo de opinião e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é

maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade, conforme requerido pelo Banco Central do Brasil em seus normativos.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Contábeis, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Sempre que requerido, comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, via relatório circunstanciado das ocorrências nos trabalhos do período, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Aparecida de Goiânia-GO, 31 de janeiro de 2023.

DCA AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-GO Nº. 000757/O-6 / CVM Nº6971

┌

┐

└

┘

ARNALDO MARINHO DE OLIVEIRA
Sócio, CRC/GO: 004861/O-5



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - GO

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - GO** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação **REGULAR** neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE GO

Certidão n.º: GO/2023/00000425
Nome: ARNALDO MARINHO DE OLIVEIRA CPF: 088.383.131-72
CRC/UF n.º GO-004861/O Categoria: CONTADOR
Validade: 30/04/2023
Finalidade: RELATÓRIO DE AUDITORIA

Confirme a existência deste documento na página www.crcgo.org.br, mediante número de controle a seguir:

CPF : 088.383.131-72 Controle : 6476.7417.7731.8045

BALANÇO PATRIMONIAL

Código	Classificação	Descrição	2022 31/12/2022	2021 31/12/2021
2	1	ATIVO	489.053.568,46D	223.239.251,74D
3	1.1	CIRCULANTE	65.334.984,27D	18.666.368,48D
4	1.1.1	CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA	49.565.730,12D	17.484.684,50D
5	1.1.10.2	CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA - COM RESTRIÇÃO	0,00	0,00
7	1.1.10.202	BANCOS CONTA MOVIMENTO	18.914.980,93D	2.615.545,96D
9	1.1.10.204	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	30.650.749,19D	14.869.138,54D
14	1.1.2	CRÉDITOS	6.991.570,27D	26.903,18D
17	1.1.20.2	CREDITOS COM RESTRIÇÃO	0,00	0,00
715	1.1.20.201	CONTRATO DE GESTÃO E CONVENIOS	6.769.261,94D	0,00
719	1.1.20.206	ADIANTAMENTO A COLABORADORES	20.153,85D	6.167,15D
15	1.1.20.208	ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	96.291,91D	20.736,03D
21	1.1.20.210	TRIBUTOS A RECUPERAR	105.862,57D	0,00
11	1.1.5	ESTOQUES	8.777.683,88D	1.154.780,80D
726	1.1.50.2	ESTOQUE COM RESTRIÇÃO	0,00	0,00
614	1.1.50.201	ESTOQUE CONTRATO DE GESTÃO	7.217.178,84D	979.142,72D
615	1.1.50.202	ALMOXARIFADO	1.560.505,04D	175.638,08D
34	1.2	ATIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	99.898,55D
51	1.2.3	IMOBILIZADO	0,00	99.898,55D
52	1.2.30.2	IMOBILIZADO COM RESTRIÇÃO	0,00	0,00
728	1.2.30.201	IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO E ADQUIRIDOS	0,00	99.898,55D
504	1.9	ATIVO COMPENSADO	423.718.584,19D	204.472.984,71D
505	1.9.1	ATIVO COMPENSADO	398.770.003,92D	191.709.760,51D
708	1.9.10.2	ATIVO COMPENSADO COM RESTRIÇÃO	0,00	0,00
709	1.9.10.201	CONTRATO DE GESTÃO NR.	386.863.980,35D	175.690.064,70D
506	1.9.10.4	BENS CEDIDOS	11.906.023,57D	16.019.695,81D
512	1.9.2	IMOBILIZADO ADQUIRIDO	19.045.157,89D	8.959.665,60D
1128	1.9.3	ESTOQUE DE TERCEIROS	1.279.015,00D	598.862,00D
1476	1.9.4	IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	4.624.407,38D	3.204.696,60D
73	2	PASSIVO	489.053.568,46C	223.239.251,74C
74	2.1	PASSIVO CIRCULANTE	58.086.810,06C	15.153.665,27C
75	2.1.1	PASSIVO CIRCULANTE	58.086.810,06C	15.153.665,27C
76	2.1.10.2	PASSIVO CIRCULANTE COM RESTRIÇÃO	0,00	0,00
731	2.1.10.201	FORNECEDORES	15.324.118,16C	10.486.504,83C
95	2.1.10.205	OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	5.433.020,43C	1.428.849,83C
734	2.1.10.207	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	2.261.852,92C	450.160,20C
87	2.1.10.209	OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS	1.803.686,95C	232.531,67C
100	2.1.10.213	PROVISÕES TRABALHISTAS	11.323.079,91C	2.123.207,62C
702	2.1.10.217	CONTRATOS DE GESTÃO E CONVENIOS A EXECUTAR	21.898.635,38C	389.994,81C
553	2.1.10.9	CONTAS A PAGAR	42.416,31C	42.416,31C
105	2.2	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	444.819,03C	444.819,03C
106	2.2.1	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	444.819,03C	444.819,03C
109	2.2.10.2	PASSIVO NÃO CIRCULANTE COM RESTRIÇÃO	0,00	0,00
110	2.2.10.201	EMPRESTIMOS CONTRATADOS	444.819,03C	444.819,03C
1775	2.2.10.202	GESTÃO DE CONTRATOS	0,00	0,00
121	2.6	PATRIMÔNIO SOCIAL	6.803.355,18C	3.167.782,73C
122	2.6.1	PATRIMÔNIO SOCIAL	6.803.355,18C	3.167.782,73C
138	2.6.10.4	SUPERAVIT OU DEFICIT ACUMULADO COM RESTRIÇÃO	0,00	0,00
139	2.6.10.401	SUPERAVIT OU DEFICIT AREA DE SAÚDE	6.803.355,18C	3.167.782,73C
493	2.9	PASSIVO COMPENSADO	423.718.584,19C	204.472.984,71C
494	2.9.1	PASSIVO COMPENSADO	423.718.584,19C	204.472.984,71C
742	2.9.10.2	PASSIVO COMPENSADO COM RESTRIÇÃO	0,00	0,00
526	2.9.10.201	CONTRATO DE GESTÃO NRº	410.533.545,62C	187.854.213,90C
561	2.9.10.3	IMPLANTAÇÃO ESTOQUE	0,00	213,00C
1129	2.9.10.4	ESTOQUE DE TERCEIROS	1.279.015,00C	598.862,00C
495	2.9.10.6	BENS CEDIDOS	11.906.023,57C	16.019.695,81C

JEZIEL BARBOSA
 FERREIRA:47630841191

Assinado de forma digital por
 JEZIEL BARBOSA
 FERREIRA:47630841191

JEZIEL BARBOSA FERREIRA
 DIRETOR PRESIDENTE
 CPF: 222.222.222-22

DANIEL SOARES DE
 FARIA:04271646130

Assinado digitalmente por DANIEL SOARES DE FARIA:04271646130
 DNE: C=BR, O=CP-Brasil, OU=AC SOLUTIA Multipia v5
 CN=Renovacao Eletrônica, OU=Certificado Digital, OU=Certificado
 PP AT, CN=DANIEL SOARES DE FARIA:04271646130
 Posição: Eu sou o autor deste documento
 Localização: sua localização de assinatura aqui
 Data: 2023.01.27 14:30:19-0300
 FPDF Reader Versão: 10.1.1

DANIEL SOARES DE FARIA
 Reg. no CRC - GO sob o No. 024184/O-9
 CPF: 042.716.461-30

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2022

Descrição	2022	2021
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	324.056.410,71	78.936.139,13
RECEITA DE SUBVENÇÃO - CONTRATO DE GESTÃO Nº 51/2020 - POLICLINICA	23.368.589,47	18.392.990,58
RECEITAS CONTRA. DE GESTÃO - HUTRIN	166.747,95	940.192,82
RECEITA DE SUBVENÇÃO - CONTRATO DE GESTÃO Nº 65/2020 - SES	15.766.767,23	16.613.035,23
RECEITA DE SUBVENÇÃO - RECEBIMENTO DESPACHO Nº 579/2021	0,00	4.112.505,70
RECEITA DE SUBVENÇÃO - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	0,00	5.399.241,90
RECEITA DE SUBVENÇÃO - CONTRATO DE GESTÃO Nº 06/2021 - SES	0,00	15.714.533,74
RECEITA DE SUBVENÇÃO - CONTRATO DE GESTÃO Nº 01/2021 - SES	16.968.693,90	8.626.448,02
RECEITA DE SUBVENÇÃO - RECEBIMENTO PARA INVESTIMENTO	0,00	2.939.294,96
RECEITA DE SUBVENÇÃO - CONTR. DE GESTÃO Nº 06/2021 - 2º TERMO ADITIVO	3.690.775,04	6.197.896,18
RECEITA DE SUBVENÇÃO - CONTRATO DE GESTÃO Nº 03/2022 - SES	19.688.331,71	0,00
RECEITAS DE SUBVENÇÃO - CONTRATO EMERGENCIAL HUGO	119.123.641,61	0,00
RECEITAS DE SUBVENÇÃO - CONT. DE GESTÃO Nº 39/2022 - 1º ADITIVO	88.137.554,04	0,00
RECEITA DE SUBVENÇÃO - CONT. 65/2020 - 1º ADITIVO	4.649.104,64	0,00
RECEITA DE SUBVENÇÃO - CONT. 01/2021 - 1º ADITIVO	4.168.945,66	0,00
RECEITA DE SUBVENÇÃO - CONT. 51/2020 - 1º ADITIVO	3.849.313,02	0,00
RECEITAS DE SUBVENÇÃO - CONT. DE GESTÃO Nº 39/2022 - 2º ADITIVO	24.477.946,44	0,00
(=) RECEITA LIQUIDA	324.056.410,71	78.936.139,13
(-) CUSTOS	(280.529.578,79)	(63.285.083,89)
REMUNERAÇÃO COM PESSOAL PROPRIO		
SALÁRIOS E ORDENADOS	(41.772.785,45)	(5.382.713,05)
RESCISÕES TRABALHISTAS	(1.993.774,02)	(202.567,62)
ADICIONAL DE FUNÇÃO E OUTROS	(1.191.972,36)	(73.820,48)
HORAS EXTRAS	(267.017,35)	(129.897,56)
INSALUBRIDADE	(3.295.715,19)	(646.907,50)
DEMAIS PROVISÕES TRABALHISTA	(373,06)	0,00
13º SALARIO	(3.121.941,39)	(525.949,51)
ASSIDUIDADE	(1.007.167,18)	(21.019,32)
FÉRIAS	(202.827,62)	(5.206,96)
ALIMENTAÇÃO	(1.429,86)	(38.127,60)
AVISO PREVIO	0,00	(4.192,12)
PREMIOS E GRATIFICAÇÕES	(1.117.538,07)	(378.546,37)
PROCESSO TRABALHISTA	(1.190.983,71)	(582.031,09)
SERVIÇOS AUTONOMOS	(183.639,45)	(669.371,22)
SERVIÇOS TERCEIROS COOPERATIVA	0,00	(311.582,91)
INSS S/ FOLHA	(14.831.923,63)	(2.144.193,96)
FGTS S/ FOLHA	(4.627.939,65)	(628.017,45)
PIS S/ FOLHA	(536.463,64)	(76.460,81)
BENEFICIOS SOCIAIS	(313.633,57)	0,00
CUSTO COM MATERIAIS		
MATERIAL APLICADO	(13.805.987,82)	(2.607.812,74)
MEDICAMENTOS	(18.277.104,42)	(1.442.475,38)
MATERIAIS DE EXPEDIENTE	(2.419.422,38)	(269.099,74)
EXAMES MEDICOS E LABORATORIOS	(33.205,18)	(400.878,27)
ALIMENTAÇÃO DE FUNCIONARIO/PACIENTE	(12.281.004,29)	(800.394,27)
OPME	(6.176.431,45)	(74.898,82)
HONORARIOS MEDICOS	(66.026.368,73)	(16.270.541,52)
RADIOLOGIA E Teleradiologia	(6.995.656,31)	(3.814.434,37)
PRODUTO QUIMICO	(88.440,68)	(45.585,47)
DIETA ENTERAL	(969.809,79)	(61.465,42)
GLP / GASES MEDICINAIS	(519.750,22)	(465.295,73)
EPI	(112.376,68)	(166.362,87)
COPA E COZINHA	(273.510,11)	(73.115,75)
MATERIAIS PERMANENTES	(705.143,98)	(84.183,57)
MATERIAL MEDICO HOSPITALAR - UTI COVID	(2.189,58)	0,00
MATERIAIS DE ESTERILIZAÇÃO	(3.016.367,36)	(313,93)
MATERIAL DE HIGIENIZAÇÃO E LIMPEZA	(229.152,39)	(243.681,04)
MATERIAL ODONTOLOGICO	(2.942,24)	(743,06)
SERVIÇO DE ESTERILIZAÇÃO	(1.609.202,22)	0,00
SERVIÇOS		
ENERGIA ELETRICA	(260,63)	(4.413,20)
SERVIÇO LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO	(5.109.752,20)	(230.413,65)
AGUA E ESGOTO	(1.929.576,36)	(161.677,04)
SERVIÇO MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	(719.357,14)	(5.970,00)
SERVIÇO TRANSPORTE	(8.003.080,56)	(1.907.060,74)
SERVIÇOS TERCEIROS	(16.036.219,81)	(12.400.705,09)
TRATAMENTO RESIDUOS	(966.647,41)	(174.472,29)
SERVIÇO GESTÃO SAÚDE	(3.288.056,67)	(1.025.334,37)
SERVIÇO ENGENHARIA CLINICA	(3.990.783,60)	(1.522.053,71)
SERVIÇO LABORATORIO/APOIO DIAGNOSTICO	(16.090.197,26)	(2.213.883,42)
LAVANDERIA HOSPITALAR	(5.042.926,02)	(687.736,62)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2022

Descrição	2022	2021
(-) CUSTOS	(280.529.578,79)	(63.285.083,89)
SERVIÇO DE GUARDA ARQUIVOS E DOCUMENTOS	(146.769,22)	(7.523,68)
SERVIÇO HEMODIALISE	(5.697.050,84)	(2.156.281,43)
SERVIÇO VISTORIA TÉCNICA	0,00	(6.977,50)
ISS - IMPOSTO SOBRE SERVIÇO PRESTADO	(361,15)	(9.700,53)
CUSTO COM MANUTENÇÃO		
MANUTENÇÃO PREDIAL	(4.149.333,53)	(2.099.666,89)
MANUTENÇÃO VEICULAR	(39.315,00)	(10.543,00)
MANUTENÇÃO EQUIPAMENTOS	(118.700,36)	(18.783,25)
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	43.526.831,92	15.651.055,24
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(46.654.847,74)	(16.200.489,78)
EXAMES PERIODICOS	(89.115,91)	0,00
PROVISÕES TRABALHISTAS		
DEMAIS PROVISÕES TRABALHISTAS	(10.572.813,23)	(2.226.426,58)
ALUGUEIS OPERACIONAIS		
LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	(3.301.822,45)	(1.345.144,86)
LOCAÇÃO DE IMÓVEIS PJ	(8.600,00)	(15.400,00)
LOCAÇÃO DE VEICULO	(267.586,67)	(128.040,44)
ALUGUEL DE IMÓVEIS PF	(2.154,64)	(11.491,97)
LOCAÇÃO	(5.470,00)	(4.080,00)
SERVIÇOS CONTRATADOS		
SERVIÇO PROFISSIONAL DE CONTABILIDADE	(1.688.932,86)	(708.627,90)
SERVIÇO PROFISSIONAL ADVOCATÍCIO	(1.854.995,45)	(582.655,80)
SERVIÇO PROFISSIONAL DE AUDITORIA	(895.351,04)	(581.626,75)
SERVIÇO PROFISSIONAL DE SEGURANÇA	(3.928.205,08)	(873.474,44)
SERVIÇO MANUTENÇÃO PREDIAL	(4.732.168,19)	(6.500,00)
SERVIÇO PROFISSIONAL DE CONSULTORIA	(910.916,62)	(200.570,01)
SERVIÇOS TI/SOFTWARE	(3.224.491,65)	(167.923,92)
SERVIÇO APOIO ADMINISTRATIVO	(6.453.834,62)	(2.471.912,24)
SERVIÇO COMUNICAÇÃO E MARKETING	(903.880,99)	(441.189,29)
MANUTENÇÃO		
MANUTENÇÃO PREDIAL	(205.405,78)	(74.277,79)
MANUTENÇÃO VEICULAR	0,00	(15.040,00)
MANUTENÇÃO EQUIPAMENTO	(417.080,80)	(21.433,91)
SERVIÇO DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO SOFTWARE	(2.895.969,70)	(3.723.479,10)
SERVIÇO HARDWARE E INFRAESTRUTURA	(221.485,43)	(540.119,83)
MANUTENÇÃO E REPARO DE INSTALAÇÕES	0,00	(121.023,37)
MANUTENÇÃO E REPAROS DE MOVEIS E UTENSILIOS	(17.675,45)	(10.133,80)
MANUTENÇÃO DE PONTO ELETRONICO	(2.399,09)	(1.130,28)
DESPESAS DE APOIO ADMINISTRATIVOS		
MATERIAL DE EXPEDIENTE	(18.641,21)	(8.172,08)
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	(2.570,44)	(1.547,00)
TAXAS CARTORIAL E JUDICIAL	(529,40)	(8.575,42)
MATERIAL DE LIMPEZA	0,00	(385,00)
CORRESPONDENCIAS/FRETES/CONDUÇÃO	(5.400,00)	0,00
PROPAGANDA/PUBLICAÇÕES E PERIODICOS	(105,27)	(1.318,19)
TELEFONE / INTERNET	(337.707,61)	(74.918,09)
LANCHES E REFEIÇÕES	(136.314,90)	(257.924,65)
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	(940.263,34)	(330.020,42)
DESPESAS COM TAXAS E CARTÓRIOS	(103.387,35)	(48.529,36)
VIAGENS E ESTADIAS	(333.260,60)	(182.136,07)
AUTO DE INFRAÇÃO	(18.388,18)	(15.360,00)
UNIFORMES	(710,00)	(29.393,50)
LOCAÇÃO DE VEÍCULOS	(3.922,72)	(23.040,00)
CUSTAS CARTORIAS	(11.286,80)	(201,44)
DESPESAS COM SEGUROS	0,00	(5.062,50)
GLOSA CONTRATO DE GESTÃO 06/2021	(51.570,63)	0,00
DESPESAS TRIBUTÁRIAS		
IMPOSTOS/TAXAS E CONTRIBUIÇÕES MUNICIPAIS	(6.036,22)	(12.566,73)
IMPOSTOS/TAXAS E CONTRIBUIÇÕES ESTADUAL	(3.271,23)	(1.249,17)
SERVIÇOS - RATEIO ENTRE UNIDADES	0,00	(622.863,55)
MATERIAIS - RATEIO ENTRE UNIDADES	0,00	(12.051,27)
TRANSFERENCIA DE RECURSOS NSC REF. RATEIO	(2.081.126,19)	(293.473,06)
(=) RESULTADO OPERACIONAL LIQUIDO	(3.128.015,82)	(549.434,54)
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO	3.128.015,82	210.533,03
RECEITAS FINANCEIRAS	4.071.352,34	390.286,05
DESPESAS BANCARIAS E FINANCEIRAS		
ENCARGOS SOBRE FINANCIAMENTOS	(307,65)	0,00

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2022

Descrição	2022	2021
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO	3.128.015,82	210.533,03
DESPESAS BANCÁRIAS	(23.114,27)	(25.896,50)
JUROS DESEMBOLSADOS	(13.267,60)	(28.266,84)
MULTA DESEMBOLSADOS	(817,44)	(56.032,61)
ENCARGOS SOB OPERAÇÕES FINANCEIRAS	(905.829,56)	(69.557,07)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	0,00	(338.901,51)

JEZIEL BARBOSA
FERREIRA:47630841
191

Assinado de forma digital
por JEZIEL BARBOSA
FERREIRA:47630841191

DANIEL SOARES
DE FARIA:
04271646130

Assinado digitalmente por DANIEL SOARES DE FARIA:04271646130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI
Multipla vS, OU=Renovacao Eletronica,
OU=Certificado Digital, OU=Certificado PF A1,
CN=DANIEL SOARES DE FARIA:04271646130
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2023.01.27 14:31:06-03'00"
Foxit Reader Versão: 10.1.1

DANIEL SOARES DE FARIA
Reg. no CRC - GO sob o No. 024184/O-9
CPF: 042.716.461-30

JEZIEL BARBOSA FERREIRA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 222.222.222-22

Demonstração dos Fluxos de Caixa

INSTITUTO CEM	CNPJ: 12.053.184/0001-37	
	2021	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-286.482,00	0,00
AJUSTES PARA RECONCILIAR O LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	0,00	0
DIVIDENDOS PAGOS		0
AJUSTES E AVALIAÇÕES	0,00	0
SUBTOTAL	-286.482,00	0,00
AUMENTO/REDUÇÃO DOS ATIVOS		
CONTAS A RECEBER CLIENTES	0,00	0,00
CONTA VINCULADA	0,00	0,00
IMPOSTOS A RECUPERAR	0,00	-105.862,00
ESTOQUES	-996.184,00	-7.621.617,00
ADIANTAMENTOS E OUTROS CRÉDITOS	750,00	6.964.667,00
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	0,00	0,00
CREDITO DIVERSOS	-26.898,00	0,00
SUBTOTAL	-1.022.332,00	-762.812,00
AUMENTO/REDUÇÃO DOS PASSIVOS		
FORNECEDORES	7.512.076,00	-4.836.327,00
SALÁRIOS	3.401.352,00	15.015.735,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	-38.783,00	1.571.155,00
OUTROS PASSIVOS	369.020,00	21.508.640,00
SUBTOTAL	11.243.665,00	33.259.203,00
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	9.934.851,00	32.496.391,00
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
VENDA/DEVOLUÇÃO DE IMOBILIZADO	0,00	0,00
AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO	-130.263.315,00	219.245.599,00
OUTROS INVESTIMENTOS	132.871.526,00	-219.660.944,00
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	2.608.211,00	-415.345,00
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	0,00
CRÉDITOS DE PESSOAS LIGADAS	0,00	0,00
OUTRAS CONTAS / AFAC	0,00	0,00
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	0,00	0,00
Geração Líquida de Caixa	12.543.062,00	32.081.046,00
(+) Saldo Inicial de Caixa e equivalente de caixa	4.941.623,00	17.484.684,00
(=) Saldo Final de Caixa e equivalente de caixa	17.484.685,00	49.565.730,00
Redução/Aumento de Saldo do Caixa e equivalente de caixa	12.543.062,00	32.081.046,00

Goiânia, 31 de Dezembro de 2022

JEZIEL BARBOSA
FERREIRA:476308411
91

Assinado de forma digital
por JEZIEL BARBOSA
FERREIRA:47630841191

Jeziel Barbosa Ferreira
Diretor / Presidente
CPF: 476.308.411-91

**DANIEL SOARES
DE FÁRIA:**
04271646130

Assinado digitalmente por DANIEL SOARES DE FÁRIA:
04271646130
DN: c=BR, ou=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Múltipla v5,
ou=Renevacao Electronica, ou=Certificado Digital,
ou=Certificado PPA1, cn=DANIEL SOARES DE FÁRIA,
04271646130
Razão: Este é o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2023.01.26 20:45:56-03'00'
Formato: Versão: 10.1.1

Planning Auditores e Contadores LTDA
Reg. no CRC GO - 2715/O-5
Daniel Soares de Faria
CRC GO - 24.184



INSTITUTO CEM

12.053.184/0001-37

(valores em Reais)

Demonstração das mutações do patrimônio social do exercício findo em 31 de dezembro 2022

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávit acumulado</u>	<u>Total</u>
Superávit do exercício		1.653.494	1.653.494
Superávit do período	-	1.514.289	1.514.289
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	3.167.783	3.167.783
Apropriação do resultado do exercício anterior	3.167.783	(3.167.783)	3.167.783
Superávit do exercício	3.635.572	-	3.635.572
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.803.355	-	6.803.355

JEZIEL BARBOSA
FERREIRA:47630
841191

Assinado de forma digital por JEZIEL BARBOSA
FERREIRA:47630841191

DANIEL
SOARES DE
FARIA:
04271646130

Assinado digitalmente por DANIEL SOARES DE FARIA:04271646130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multipla v5, OU=Renovacao Eletronica, OU=Certificado Digital, OU=Certificado PF A1, CN=DANIEL SOARES DE FARIA:04271646130
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2023.01.26 20:19:43-03'00"
Foxit Reader Versão: 10.1.1

Instituto Cem

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

INSTITUTO CEM

CNPJ No. 12.053.184/0001-37

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto CEM é uma associação civil sem fins lucrativos, fundado em 26 de abril de 2010, com sede na Av. Jamel Cecílio, 2496, Ed. New Business, sala 26-A, Jardim Goiás, Goiânia/GO, CEP – 74.810-100.

O INSTITUTO tem por atividade preponderante o desenvolvimento de atividades de apoio à gestão de saúde, com o objetivo principal de oferecer gestão administrativa para hospitais de responsabilidade da União.

IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

O Instituto CEM é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI alínea “C” e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

FORMA JURÍDICA CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE

O Instituto CEM é uma associação sem fins lucrativos e econômicos regida pelo Estatuto Social que contempla os artigos 44 ao 61 do Código Civil.

Características da imunidade

O Instituto Cem é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- A instituição é regida pela Constituição Federal;
- A imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- Não há fato gerador (origem da obrigação tributária);
- Não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

Requisitos para imunidade tributária

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN). 9 O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Instituto CEM e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos

a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art.41 do Estatuto Social);

b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art.42 do Estatuto Social);

c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão. NOTA 19 – ISENÇÃO TRIBUTÁRIA AO INSTITUTO CEM - é isenta à incidência das Contribuições Sociais por força da Lei No. 9.532/97, Lei No. 11.096/06 e Lei Comp. No. 187/21 e Decreto 7.237/10. NOTA 20 – CARACTERÍSTICA DA ISENÇÃO AO INSTITUTO CEM é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado, previsto no artigo 12 da Lei No. 9.532/97 e pela Lei Comp. No. 187/21, e por isso é reconhecida como Entidade de Gestão de Saúde (isento), no qual usufrui das seguintes características:

- a Instituição é regida por legislação infraconstitucional;
- a Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, se não cumprir as situações condicionadas em Lei (contrapartida);
- existe o fato gerador (origem da obrigação tributária), mas a Instituto CEM é dispensada de pagar o tributo;
- há o direito (Governo) de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido.

REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA AO INSTITUTO CEM

É uma entidade DE GESTÃO DE SAÚDE e para usufruir da Isenção Tributária determinada pelo art. 3º da Lei Comp. No. 187/21, cumpri os seguintes requisitos: ESTATUTÁRIOS

- não percebe a seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
- aplicar suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- não distribuir resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;
- tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas;
- possuir certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- manter sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- conservar em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial;
- cumprir as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;
- elaborar as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

Renúncia fiscal

Em atendimento à ITG 2002 (R1) – Entidades sem fins lucrativos, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos de renúncia fiscal:

- Tributos incidentes sobre receitas tributáveis (PIS e Cofins);
- Tributos incidentes sobre o superávit do exercício (Imposto de Renda – IRPJ – e Contribuição Social – CSLL).

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas, e em observância especial às disposições contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade ITG 2002 – *Entidades sem Finalidades de Lucros*, aprovada pela resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão

3.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras do Instituto estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

3.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito no resumo das principais práticas contábeis deste relatório.

3.3 Julgamentos e incertezas

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

3.4 Data de aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 13 de janeiro de 2023.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As normas brasileiras de contabilidade, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

4.1 Apuração do superávit (déficit)

O superávit (déficit) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. O superávit do exercício será incorporado ao patrimônio social em conformidade com as exigências legais e estatutárias e aprovação dos associados, uma vez que o superávit será aplicado integralmente na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais e de acordo com a Resolução nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 (R1).

4.2 Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e as despesas foram reconhecidas, mensalmente, respeitando o regime contábil de competência. As receitas de Gestão de Saúde, são reconhecidas no resultado de acordo com a competência da realização dos gastos.

4.3 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

A Entidade reconhece os ativos e passivos financeiros na data da negociação na qual se torna partes das disposições contratuais do instrumento.

No reconhecimento inicial, um instrumento financeiro é mensurado pelo custo da operação ou pelo valor presente dos pagamentos futuros. Sua mensuração subsequente é pelo custo amortizado deduzida de qualquer redução ao valor recuperável ou pelo valor justo por meio do resultado, no caso dos instrumentos financeiros derivativos.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, adiantamento a fornecedores, outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, fornecedores, adiantamentos de clientes e outras obrigações, que são avaliados com base no custo amortizado. Os critérios de avaliação atendem às Seções 11 e 12 do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para pequenas e médias empresas.

b. Contas a receber

As contas a receber estão registradas conforme provisão de repasse pré-determinado pela Secretaria de Saúde do Estado de Goiás. Sendo devidamente reconhecido no momento do recebimento das verbas em cumprimento do contrato. A parte contratual ainda não recebida no contrato está devidamente registrada em uma conta transitória para fins de reconhecimento do montante da verba a ser aplicada em todo contrato de gestão.

c. Estoques

Os estoques foram implantados de acordo com histórico da antecessora, com contagem efetiva somente no início de cada policlínica e hospital. Durante todos os meses o estoque é contado e consolidado de acordo com o sistema MV. Estoque de terceiros com medicamentos de alto custo, para distribuição nas policlínicas.

(i) **Reconhecimento e mensuração**

Os itens do estoque são mensurados pelo método UEPS (último a entrar, primeiro a sair), que consiste em considerar o último valor da mercadoria para cálculo do custo.

d. Imobilizado

Os valores implantados a partir do histórico da antecessora, com contagem efetiva de acordo com o início de cada policlínica e hospital. Ativos adquiridos dentro da evolução do contrato, conforme estabelecido na cláusula segunda – das obrigações e responsabilidade do parceiro privado - 2.6 –...” **patrimonialização pública dos bens móveis e imóveis, adquiridos com recurso de gestão pública.**” Todos os bens adquiridos foram reclassificados para o Ativo Imobilizado composto em contas de compensação, conforme definido pela norma estabelecida pela Secretaria de Saúde de Goiás.

(ii) **Reconhecimento e mensuração**

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação e de qualquer perda não recuperável acumuladas (impairment), quando aplicável.

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Provisões dos contratos

As provisões de contratos a realizar foram feitas de acordo com a solicitação da Secretaria de Saúde, foram provisionados todos os contratos. As baixas desses valores acontecem de acordo com a realização do serviço.

e. Provisão para demandas judiciais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: i) Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa; ii) Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; iii) Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pelo Instituto na gestão das obrigações de curto prazo.

Composição

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Banco conta movimento	18.914.980,93	2.615.545,96
Aplicações Liquidez Imediata	30.650.749,19	14.869.138,54
Total	<u>49.565.730,12</u>	<u>17.484.684,50</u>

6. CONTAS A RECEBER

Política contábil – as contas a receber estão registradas conforme provisão de repasse pré-determinado pela Secretaria de Saúde do Estado de Goiás. Sendo devidamente reconhecido no momento do recebimento das verbas em cumprimento do contrato.

O contrato de gestão do Hospital Estadual de Jaraguá deu início em 01/2021, em 10/2021 iniciou 2º termo aditivo contrato 06/2021 no valor R\$16.076.651,46 referente prorrogação do contrato. O contrato foi encerrado em 31/01/2022.

O contrato de gestão 39/2022 iniciado em 01/01/2022 com prazo de 180 dias, se encerrou em 29/06/2022 o 1º termo aditivo com prazo de 120 dias se encerrou em 27/10/2022, o 2º termo aditivo com prazo de 180 dias iniciou em 28/10/2022.

As policlínicas de Posse, Goianésia e Quirinópolis estão com os contratos ativos e iniciaram o 1º termo aditivo.

Composição

	2022	2021
Contr. gestão 63/2018 Prefeitura Ribeirão de Pires	2.737.834,41	2.737.834,41
Contrato de gestão 107/2018 - Hutrin	690.500,63	690.500,63
Contrato de gestão recup. Rescisões	835.598,06	835.598,06
Contrato de gestão func. Estatutario	39.369,36	39.369,36
(-) contrato gestão func. Estatutario	(39.369,36)	(39.369,36)
Contrato gestão 107/2018 – 1º termo	5.034.945,96	5.176.269,55
(-) contrato gestão 107/2018 – 1º termo	(5.256.935,59)	(5.256.935,59)
Contrato de gestão 51/2020 - Posse	23.535.475,09	42.681.005,04
Contrato de gestão 51/2020 – 1º Aditivo	15.357.834,97	-
(-) glosas CELG contrato 51/2020	(792.304,04)	(423.743,64)
(-) glosas Vigilancia contrato 51/2020	(455.447,52)	(455.447,52)
Contrato de gestão 65/2020 - Goianésia	41.613.414,76	57.487.454,35
Contrato de gestão 65/2020 – 1º Aditivo	25.874.277,10	-
(-) glosas CELG contrato 65/2020	(396.653,42)	(142.459,02)
(-) glosas Vigilancia contrato 65/2020	(289.830,24)	(289.830,24)
Contrato de gestão 06/2021 – HEJA	-	156.609,48
Contrato de gestão 06/2021 – Aditivo	-	7.226.380,84
Recur. Complementar covid 03/2021	-	4.154.806,89
(-) glosas CELG contrato 06/2021	-	(115.102,17)
(-) glosas Vigilancia contrato 65/2020	-	(63.876,46)
Contrato de gestão 01/2021 Quirinópolis	42.113.334,58	60.078.799,25
Contrato de gestão 01/2021 – 1º Aditivo	33.957.592,00	-
(-) glosas CELG contrato 01/2021	(311.591,08)	(91.016,60)
(-) glosas Vigilancia contrato 01/2021	(109.189,16)	(109.189,16)
Contrato de gestão 03/2022 - Formosa	86.152.361,32	-
(-) glosas CELG contrato 03/2022	(109.376,28)	-
(-) glosas Vigilancia contrato 03/2022	(91.087,08)	-
Contrato de gestão 39/2022 - Hugo	31.038.303,79	-
Contrato de gestão 39/2022 – 1º Aditivo	12.707.901,88	-
Contrato de gestão 39/2022 – 2º Aditivo	110.199.747,55	-
(-) glosas CELG contrato 39/2022	(1.896.376,00)	-
(-) glosas estatutário contrato 39/2022	(42.408.592,72)	-
Recurso para serviços hemodialise	7.132.241,38	1.412.406,60
Total	386.863.980,35	175.690.064,70

7. ESTOQUES

Política contábil – Os estoques foram implantados de acordo com histórico da antecessora, com contagem efetiva somente no início de cada policlínica e hospital. Durante todos os meses o estoque é contado e consolidado de acordo com o sistema MV. Estoque de terceiros com medicamentos de alto custo, para distribuição nas policlínicas.

Composição

	2022	2021
Estoque de medicamentos	3.354.629,63	302.361,12
Estoque material médico	3.679.494,58	626.766,51
Estoque de almoxarifado	1.560.505,04	175.638,08
Outros estoques	183.054,63	50.015,09
Estoque de terceiros	<u>1.279.015,00</u>	<u>598.862,00</u>
Total	<u>10.056.698,88</u>	<u>1.753.642,80</u>

8. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES E COLABORADORES

Política contábil – o saldo aplicado em adiantamento a fornecedores se dá por pagamento em duplicidade ao fornecedor, o valor será abatido em compras futuras.

Composição	2022	2021
Adiantamento a funcionários	20.153,85	6.167,15
Adiantamento a fornecedores	<u>96.291,91</u>	<u>20.736,03</u>
Total	<u>116.445,76</u>	<u>26.903,18</u>

9. CREDITOS COM RESTRIÇÃO

O valor informando em crédito subvenção do contrato de gestão, refere-se aos meses em que houve despesas/custos, mas o valor do repasse foi inferior aos gastos. Esse crédito fica em aberto até o recebimento do novo repasse, onde deduzido do valor recebido.

Composição	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Crédito sub. Contrato 51/2020	413.742,92	-
Crédito sub. Contrato 107/2018	33.079,59	-
Crédito sub. Contrato 65/2020	1.219.375,90	-
Crédito sub. Contrato 01/2021	1.128.403,03	-
Crédito sub. Contrato 03/2022	1.891.660,50	-

Crédito sub. Contrato 39/2022	2.083.000,00	
Total	6.769.261,94	-

10. TRIBUTOS A RECUPERAR

Política contábil - Os impostos recolhidos são recuperados de acordo com a compensação de tributos.

Composição

	2022	2021
ISS pago a maior	899,50	-
PIS a recuperar	103.630,59	-
IRRF a recuperar	1.332,48	-
Total	105.862,57	-

11. IMOBILIZADO COM RESTRIÇÃO

Política contábil: Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Os valores implantados a partir do histórico da antecessora, com contagem efetiva de acordo com o início de cada policlínica e hospital. Ativos adquiridos dentro da evolução do contrato, foram devidamente lançados em conta específica de imobilizado adquirido.

Imobilizado em andamento refere-se à construção da Hemodiálise nas policlínicas.

11.1 Reclassificação de imobilizado com restrição

A conta de imobilizado em operações adquiridos foi reclassificada, retirada de Ativo Não Circulante e incluída em Ativo Compensado, o valor total transferido foi de R\$ 99.898,55.

As aquisições de bens, móveis e imóveis adquiridos com recursos oriundos do contrato de gestão devem ser reconhecidos como Ativo Compensado, visto que esses imobilizados são de posse da Secretaria da Saúde.

Baixa de valores referente ao contrato de gestão 06/2021 do HEJA.

Composição imobilizado com restrição

Descrição	2022	2021
	Líquido	Líquido
Máq. e equipamentos	25.195.919,77	21.661.864,46
Móveis e utensílios	5.254.097,36	2.391.644,53
Instalações	6.319,93	20.022,93
Veículos	-	295.860,04
Equip. de informática	488.844,40	709.868,00
Imob. em andamento	4.630.407,38	3.204.696,60
Total	35.575.588,84	28.283.956,56

TESTE IMPAIRMENT

Conforme CPC 01 (R1) e CFC NBC TG 1292/10, a entidade efetuou o teste de recuperabilidade dos ativos para possível desvalorização do valor dos bens pertencentes ao ativo imobilizado, e por estarem registrados pelo valor justo. Concluiu-se que não é necessária a constituição da provisão para desvalorização dos mesmos.

12. FORNECEDORES

Política contábil- As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

Sendo composto saldos a pagar referente aos contratos da Prefeitura de Ribeirão Pires, Hospital de Urgências de Trindade, Policlínica de Posse, Policlínica de Goianésia, Hospital Estadual de Urgências de Goiás Dr. Valdemiro Cruz, Policlínica de Quirinópolis e Policlínica de Formosa.

Composição	2022	2021
Fornecedores	15.324.118,16	10.486.504,83
Total	15.324.118,16	10.486.504,83

13. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Política contábil- Refere-se a obrigações com colaboradores e/funcionários reconhecidas pelo regime de competência em relação aos serviços prestados para a empresa, acrescidos dos encargos e contribuições correspondentes. A contrapartida está na rubrica de custos quando os profissionais estão atrelados ao processo produtivo e como despesas administrativas e/ou comerciais dependendo da alocação dos profissionais.

Sendo aqui representado por valores compostos por obrigações trabalhistas, sociais e provisões pelos contratos da Prefeitura de Ribeirão Pires, Hospital de Urgências de Trindade, Policlínica de

Posse, Policlínica de Goianésia, Hospital Estadual de Urgências de Goiás Dr. Valdemiro Cruz, Policlínica de Quirinópolis e Policlínica de Formosa.

Os valores de passivo contingente referente as ações judiciais conforme relatório jurídico enviado em 31/12/2022, ações com processo provável provisionado o valor de R\$ 1.542.000,00, ações com processo possível no valor de R\$ 1.435.212,00.

Ações judiciais de natureza trabalhista R\$ 1.062.000,00.

Ações judiciais de natureza cível R\$ 480.000,00.

Composição	2022	2021
Obrigações trabalhista	5.433.020,43	1.428.849,83
Obrigações sociais a recolher	2.261.852,92	450.160,20
Total	<u>7.694.873,35</u>	<u>1.879.010,03</u>

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS

Política contábil: São registrados nessa rubrica os tributos a pagar pela entidade, sendo somente tributos retido na fonte, possuindo saldos dos contratos da Prefeitura de Ribeirão Pires, Hospital de Urgências de Trindade, Policlínica de Posse, Policlínica de Goianésia, Hospital Estadual de Urgências de Goiás Dr. Valdemiro Cruz, Policlínica de Quirinópolis e Policlínica de Formosa.

Composição	2022	2021
Obrigações fiscais	1.803.686,95	232.531,67
Total	<u>1.803.686,95</u>	<u>232.531,67</u>

15. PROVISÕES TRABALHISTAS

Política contábil- Refere-se a obrigações com colaboradores e/funcionários reconhecidas pelo regime de competência em relação aos serviços prestados para a empresa, acrescidos dos encargos e contribuições correspondentes. A contrapartida está na rubrica de custos quando os profissionais estão atrelados ao processo produtivo e como despesas administrativas e/ou comerciais dependendo da alocação dos profissionais.

Sendo aqui representado por valores compostos por obrigações trabalhistas, sociais e provisões pelos contratos da Prefeitura de Ribeirão Pires, Hospital de Urgências de Trindade, Policlínica de Posse, Policlínica de Goianésia, Hospital Estadual de Urgências de Goiás Dr. Valdemiro Cruz, Policlínica de Quirinópolis e Policlínica de Formosa.

Composição	2022	2021
Provisões s/ férias e 13º	126.221,63	126.221,63
Demais provisões trabalhista	11.196.858,28	1.996.985,99
Total	<u>11.323.079,91</u>	<u>2.123.207,62</u>

NOTA: foi realizado provisão trabalhista de 3% conforme indicado na cláusula dos recursos financeiros no contrato de gestão, onde menciona que o valor deve ser provisionado para fins de suportar rescisões trabalhistas e ações judiciais.

16. CONTAS A PAGAR

Composta de auto de infração impetrados pelo ministério do trabalho, compondo colaboradores tanto do contrato da Prefeitura de Ribeirão Pires e Hospital de Urgência de Trindade e custas cartoriais do contrato do Hospital de Urgência de Trindade.

Composição

	2022	2021
Auto de infração	26.201,29	26.201,29
Custas Cartoriais	16.215,02	16.215,02
Total	42.416,31	42.416,31

17. CONTRATOS DE GESTÃO E CONVENIOS A EXECUTAR

Composta pelo valor de repasses recebidos da Secretaria da saúde, os valores são transferidos para a receita de acordo com as despesas/custo realizado no mês.

Composição

	2022	2021
Recurso para aquisição de investimento	5.237.260,81	389.994,72
Contrato de gestão nº 06/2021	129.134,90	-
Contrato de gestão nº 39/2022 – 2º aditivo	16.532.239,67	-
Total	21.898.635,38	-

18. PATRIMONIO SOCIAL

O Patrimônio social corresponde ao superávit e/ou déficits acumulados desde a constituição do Instituto.

19. RESULTADO

a. Receitas

O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas Gestão de Saúde são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato – valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluam e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os ativos e passivos e suas realizações estão reconhecidos no resultado.

CUSTO COM MATERIAIS E SERVIÇOS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Custo com pessoal	75.657.125,20	11.820.605,53
Custo com material e serviço	200.565.104,70	49.335.485,22
Custo com manutenção	4.307.348,89	2.128.993,14
Total	<u>280.529.578,79</u>	<u>63.285.083,89</u>

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Benefícios sociais	89.115,91	-
Provisões trabalhistas	10.572.813,23	2.226.426,58
Aluguel operacional	3.585.633,76	1.504.157,27
Serviços contratados	24.592.776,50	6.034.480,35
Manutenção	3.760.016,25	4.506.638,08
Desp. de apoio administrativo	1.964.058,45	986.583,72
Rateio despesas administrativas	2.081.126,19	928.387,88
Despesas tributárias	9.307,45	13.815,90
Total	<u>46.654.847,74</u>	<u>16.200.489,78</u>

RESULTADO FINANCEIRO

Resultado financeiro

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos em fundos de aplicação financeiras	3.523.410,45	388.912,94
Juros recebidos	488.211,19	-
Descontos obtidos	59.730,70	1.373,11
	<u>4.071.352,34</u>	<u>390.286,05</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias e financeiras	929.251,48	95.453,57
Juros e multa sobre tributos	14.085,04	84.299,45
	<u>943.336,52</u>	<u>179.753,02</u>
Resultado	<u>5.014.688,86</u>	<u>570.039,07</u>

20. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que tem autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da entidade e membros da família de tais pessoas.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e de elaboração das demonstrações contábeis 31/12/2022, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

Reconhecemos a exatidão das Demonstrações Contábeis encerradas em 31/12/2022, cujo Balanço Patrimonial importa em R\$ 489.053.568,46 (quatrocentos e oitenta e nove milhões, cinquenta e três mil, quinhentos e sessenta e oito reais e quarenta e seis centavos) e em 2021 R\$ 223.240.537,74 (duzentos e vinte e três milhões, duzentos e quarenta mil, quinhentos e trinta e sete reais e setenta e quatro centavos).

Goiânia, 31 de dezembro de 2022.

JEZIEL BARBOSA Assinado de forma
FERREIRA:47630 digital por JEZIEL
BARBOSA
841191 FERREIRA:47630841191

Jeziel Barbosa Ferreira
Presidente

WELLITON FELIPE Assinado de forma digital por
DA SILVA WELLITON FELIPE DA SILVA
ALVES:43689594855
ALVES:43689594855 Dados: 2023.01.30 10:27:34
-03'00'

Welliton Felipe da Silva Alves
Diretor financeiro

DANIEL
SOARES DE
FARIA:
04271646130

Assinado digitalmente por DANIEL
SOARES DE FARIA:04271646130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI
Multipla v5, OU=Renovacao Eletronica,
OU=Certificado Digital, OU=Certificado PF
A1, CN=DANIEL SOARES DE FARIA:
04271646130
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura
aqui
Data: 2023.01.30 10:20:15-03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.1

Daniel Soares de Faria
Contador CRC 24184/GO